

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A trégua de Renan

O senador Renan Calheiros (MDB-AL) avisou aos integrantes do partido que não fará pré-julgamento do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, afastado do cargo por 90 dias pelo Supremo Tribunal Federal. Se Ibaneis convencer o STF de que não houve uma ação deliberada de sua parte, estará salvo do pedido de expulsão do partido.

O périplo de Izalci...

O líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF), conversou com líderes do governo Lula para explicar a importância da autonomia do DF. Há o receio de que os ataques às instituições da República e a demora da PM em proteger os edifícios resultem na federalização das forças de segurança do Distrito Federal.

...e a defesa de Ibaneis

“Não acredito que Ibaneis tenha feito qualquer coisa de forma proposital. Faltou a ele apenas humildade para não nomear Anderson Torres”, disse o senador tucano, que, aliás, foi adversário do emedebista na última eleição.

Bolsonaristas também querem CPI

Se até aqui eram os petistas e o governo que defendiam uma investigação parlamentar dos ataques de 8 de janeiro, agora, quem deseja a apuração são os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. A deputada Bia Kicis (PL-DF), por exemplo, quer fazer parte do colegiado. Ela acredita que havia infiltrados para fazer baderna.

“A hora é de defesa, não de ataques”

A pressão de setores do PT para que o ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro seja apeado do Ministério da Defesa foi jogada para escanteio por Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente da República sabe que foi eleito não somente graças ao seu CPF, mas ao conjunto de forças que reuniu em torno de sua candidatura. Múcio, um aliado de 20 anos, com o qual Lula estabeleceu uma relação de confiança absoluta, estava na primeira leva de ministros nomeados e ajudou os governos anteriores do PT em todos os momentos difíceis. Conforme o presidente disse, ontem, a alguns petistas, o momento é de acalmar a parte das tropas que ainda

estão sob tensão, e uma troca de ministro arriscaria criar mais instabilidade.

Os mais ponderados que estão ao lado de Lula entendem que o PT tem razão em estar irritado com o ocorrido em 8 de janeiro, quando as autoridades estiveram sob risco. Afinal, os acampamentos tinham o objetivo de evitar a posse de Lula e, depois que a subida da rampa ocorreu, perderam a razão de ser e deveriam ter sido desfeitos. Agora, diante dos ataques aos Poderes, foram desfeitos na marra. Então, é bola para frente. O que Lula quer, segundo alguns de seus aliados, é que Múcio fique e aproxime as Forças Armadas do governo. Cabe ao PT recolher os flaps. O momento delicado não passou, e é preciso cautela.



CURTIDAS

PL manterá unidade/ O PL, partido de Bolsonaro, não vai rachar, garante Kicis. “Qualquer partido com mais de 10 pessoas tem visões diferentes, é normal. Permaneceremos unidos, afinal, essa é a nossa força. Não haverá a repetição do que ocorreu com o PSL”, afirma a parlamentar.

Reprodução/GloboNews



Pulou o “corguinho”.../ É bom o deputado André Janones (Avante-MG, foto), que pretende ocupar a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), parar de acreditar em tudo o que escuta do PT. Dizer no Twitter que José Múcio iria sair do governo foi um gol contra sua indicação.

...e perdeu/ Alguns petistas ouvidos pela coluna foram unânimes em afirmar que Janones não é o nome para essa comissão. A CCJ não é para incendiários, avisam alguns do próprio PT.

Orai e vigiai/ Se o distanciamento social no auge da pandemia foi o novo normal, a Esplanada seguirá carregada de policiais enquanto o governo e os serviços de inteligência detectarem qualquer distúrbio capaz de ameaçar a segurança das autoridades. Hoje, aliás, completa um mês que tivemos carros e ônibus incendiados em Brasília. A cidade de asas e eixos precisa recuperar a sua paz.



Lei alcançará os “aloprados”

Ao receber decreto de intervenção na segurança do DF, Lula afirma que não serão permitidos gestos de afronta à democracia

» INGRID SOARES
» RAPHAEL FELICE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, ontem, um grupo de parlamentares, no Palácio do Planalto, para a entrega simbólica do decreto que aprovou a intervenção na Secretaria de Segurança do Distrito Federal. Ele aproveitou para mandar um recado aos terroristas que vandalizaram, domingo passado, as sedes dos Três Poderes: farão jus ao devido processo legal, mas, se culpados, serão punidos na forma da lei.

“A gente tem que punir quem não quer respeitar a lei, quem não quer respeitar a ordem democrática, tão dificilmente alcançada por nós com a Constituição de 1988. Quero que saibam que qualquer gesto que contrarie a democracia brasileira será punido dentro daquilo que a lei permite punir. Todo mundo terá o direito de se defender, mas todo mundo será punido”, garantiu.

Lula classificou de “aloprados” os criminosos que participaram do vandalismo na Praça dos Três Poderes. E criticou Jair Bolsonaro por não reconhecer que perdeu as eleições, ao citar um tuíte publicado pelo ex-presidente — e tirado do ar horas depois — com mentiras sobre as urnas eletrônicas.

“O presidente que deixou o poder no dia 31 não quer reconhecer a derrota. Só posso considerar um grupo de aloprados, um grupo de gente com pouco senso de ridículo. Entraram na Justiça, que disse qual foi o resultado eleitoral, indeferiu o

processo deles e ainda condenou o partido a pagar uma multa grandiosa do fundo partidário. Tem gente que quando conta a primeira mentira, não consegue parar, porque é preciso justificar a primeira mentira para o resto da vida. É o que está acontecendo neste país”, lamentou, apontando, ainda, que a derrubada de torres de energia de Itaipu “foi um ato de bandido, porque os cabos de aço foram serrados”.

Acefalia

O presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), entregaram a Lula o decreto de intervenção federal, aprovado nas duas Casas nesta semana. Segundo o senador, a intervenção se justifica por estar constatada “a acefalia completa do órgãos de segurança para conter os atos que terminaram consumado-se em desfavor do povo brasileiro”.

Lira ressaltou a rápida ação do Executivo por assinar “imediatamente” o decreto, que classificou como “necessário”. “O ato cumpre o rito democrático, legal e constitucional de efetivação dessas ações que, por certo, terão rumo daqui para frente com muito diálogo e firmeza em defesa da nossa Constituição”.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), salientou que o ato de entrega do decreto simbólico representava “a manifestação inequívoca do Congresso pelos presidentes de suas casas e pelos líderes partidários de que o terror não terá espaço neste país”.

Ricardo Stuckert/Presidência da República



Lula, Tarcísio e Costa debateram a privatização do Porto de Santos. Para o governo federal, não há dogmas

Tarcísio dá novo passo para aproximação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu, ontem, com o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes Freitas (Republicanos). Embora o ex-ministro da Infraestrutura do ex-presidente Jair Bolsonaro tenha ido tratar, sobretudo, da privatização do Porto de Santos, aos olhos de interlocutores tratou-se de mais um passo na aproximação entre o presidente e o governador — que na reunião da última segunda-feira, 24 horas depois do vandalismo bolsonarista contra a sede dos Três Poderes, falou em nome da Região Sudeste e reafirmou o compromisso com o Estado Democrático de Direito.

“Conversei com o governador de São Paulo, Tarcísio. Na campanha, falei que respeitaria e trabalharia com todos os governadores, pelo bem do Brasil. É o que estamos fazendo”, publicou o presidente, em uma de suas redes sociais.

Sem dogmas

Além do Porto de Santos, Tarcísio tratou com Lula da construção de um túnel entre Santos e o Guarujá e também da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo). Depois do encontro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que “não há dogmas” sobre a privatização

do porto — que afirmou a disposição do governo federal de fazer a melhor modelagem possível para os portos e analisar cada caso.

“O que ele disse é o que nós estamos dizendo: não tem dogmas. Nós vamos para cada projeto, para cada situação, desenhar a melhor modelagem possível, é isso que vamos fazer juntos. Chega de dogmas, posições presas. Lula quer investimento. E nós vamos buscar o melhor modelo para cada investimento”, assegurou Costa.

O ministro da Casa Civil disse que o objetivo do governo é modernizar os portos, melhorar o comércio internacional e reduzir custos de transporte e de

logística. Com isso, segundo ele, o país se tornará mais competitivo.

“A melhor modelagem de atrair investimentos privados. O termo, se é privatização, se é concessão, se é PPP, nós vamos identificar para cada projeto. O que interessa é atrair investimento público e privado para a infraestrutura do país. Não queremos ficar presos a um só modelo”, declarou Costa.

As observações do ministro foram endossadas pelo próprio Tarcísio. Segundo o governador, Lula não fechou as portas sobre o projeto de privatização do Porto de Santos, que foi desenhado durante sua gestão como ministro de Bolsonaro.

» Aumento para o STF é sancionado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, sem vetos, oito projetos de lei, aprovados no final de 2022 pelo Congresso, que concedem reajustes aos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ao longo dos próximos anos até chegar a R\$ 46,3 mil em 2025. Outras carreiras também foram beneficiadas. O aumento de 18% foi aprovado em dezembro. Segundo o texto da lei, a remuneração dos ministros passará dos atuais R\$ 39.293,32 para R\$ 46.366,19, até 1º de fevereiro de 2025. As altas, porém, serão progressivas.